

NOTAS SOBRE O PAPEL E A SITUAÇÃO DA MULHER NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO PORTUGUÊS E NO DECURSO DA DESREGULAÇÃO PROFISSIONAL

JOÃO MIRANDA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Introdução

Um levantamento do total de inscritos na Comissão da Carteira Profissional do Jornalista (CCPJ), realizado em 2009, evidenciava que, no conjunto de 6917 profissionais credenciados, 2814 destes (40,7%) correspondiam a elementos do sexo feminino (Rebello *et al.*). Um número, e sobretudo uma realidade, bem distante da percentagem de 1,8% de mulheres que, sete décadas antes, compunha a listagem de sócios do recém-fundado Sindicato Nacional de Jornalistas (Sobreira, 2003).

De facto, desde os anos 30, o jornalismo trilhou um longo trajeto de afirmação e consolidação do seu estatuto profissional, cujos contornos e delimitações identitárias se encontram, ainda hoje, longe de estar fechados ou concluídos (Fidalgo, 2008). Um percurso onde o processo de inscrição da mulher ocorre tardiamente, e está ele próprio distante de se dar por terminado – como demonstra a ainda escassa relevância que as repórteres assumem dentro das estruturas diretivas dos meios (Subtil, 2009).

Como observa Silveirinha (2012), não obstante uma já assinalável profusão de estudos focados em situações concretas ou em histórias individualizadas, a perceção sobre o papel das mulheres na construção do jornalismo português e na formação do quadro profissional dos jornalistas encontra-se ainda pouco problematizado.

Partindo de uma análise segmentada em critérios e aspetos específicos do processo de profissionalização, este estudo pretende constituir-se como um contributo para essa problematização. Ao mesmo tempo, procura identificar as lógicas de desregulamentação profissional e o valor da relação de género dentro dessas tendências.

O processo de profissionalização do jornalismo

Caraterizando o trajeto da construção da identidade profissional dos jornalistas franceses, Ruellan (1993; 1997; 2007) descreve amiudamente este percurso como um processo tardio e inconcluso, cujos critérios generalizados para a designação de uma profissão (aos quais se prestará especial enfoque no parágrafo seguinte) não estão, nem poderão estar, assegurados. Independentemente disto, resulta claro que o jornalismo trilhou o caminho da profissionalização – marcado por fronteiras temporais claras, como a industrialização da imprensa, no final do século XIX; a aquisição de um estatuto legal e institucional, nas décadas de 1910 a 1930; ou a estabilização da sua posição social, no pós-Segunda Guerra Mundial (Fidalgo, 2008) –, tendo

conquistado um estatuto, um reconhecimento e uma série de condições inerentes à categorização de um segmento profissional (*idem*, 2005). Conclui-se, porém, que – independentemente da necessidade fundamental social a que o ofício responde –, pela característica intrínseca de atividade aberta que traduz, o jornalismo não poderá satisfazer integralmente os critérios definidos para aferição de uma profissão. Veja-se a título de exemplo a falta de controlo no acesso ao ofício, a inexistência de uma formação específica obrigatória ou a relativa ausência do domínio sobre o processo de produção (Meyers *et al.*, 2012). Corresponde, neste sentido, mais a uma noção de “semi-profissão” ou “quase-profissão”, isto é, um ofício que, tendo percorrido todos os passos relativos à afirmação de uma profissão, encerra a incapacidade de os garantir plenamente (Ruellan, 1993; Rodrigues, 2002).

Retomando os pressupostos de Wilensky (1964), relevam-se cinco critérios à luz dos quais poderá iluminar-se o enquadramento histórico e atual da participação das mulheres no processo de construção da identidade profissional dos jornalistas: ocupação a tempo inteiro, educação (ou formação especializada), criação de organismos próprios capazes de gerir conflitos internos e externos (repartidos aqui entre associações profissionais e organismos reguladores) e controlo sobre a organização profissional.

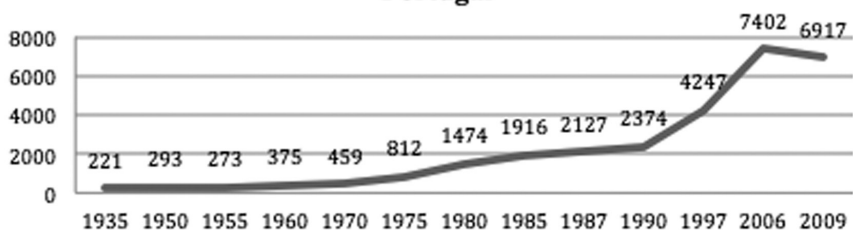
Ocupação a tempo inteiro

Como se observou já, é no período que separa as duas grandes guerras que, corolário da concretização pragmática de uma série de instrumentos – como a aprovação de códigos deontológicos, a definição de títulos profissionais ou a criação de sindicatos –, um pouco por toda a Europa, a posição profissional do jornalismo começa a assumir a forma de estatuto (Fidalgo, 2008), revogando a concetualização amadora e casual do ofício, em prol de uma noção mais próxima de uma ocupação integral e permanente. Conquanto subsistam uma série de ensaios precedentes, em Portugal, os primeiros traços concretos desta aceção encontram-se refletidos nos estatutos fundadores do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), de 1934, onde se estabelece condição para a atribuição da categoria profissional o **exercício continuado de uma atividade remunerada**. Igualmente, no mesmo ano, é instituído o decreto-lei referente à definição da Carteira da Identidade do Jornalista, a qual só poderia ser atribuída a “todas as pessoas que, como diretores, subdiretores, chefes de redação, redatores e repórteres, [exercem] nas publicações periódicas, de frequência não inferior a semanal, uma atividade permanente e remunerada e dela [fizessem] profissão dominante (SNJ, 1934: 1).

Fruto de um contexto submetido a um sistema ditatorial e a um regime de censura prévia, o processo de construção da identidade profissional dos jornalistas desenrolou-se até 1974 num percurso moroso e sem grandes fronteiras – não obstante as diversas tentativas, por parte dos jornalistas, de fazer aprovar instrumentos e diretrizes no sentido da garantia dos preceitos profissionais (Pina, 2000). Equitativamente lento foi o crescimento do total de jornalistas, até 1974, altura a partir da qual o número dispara progressivamente até 2006 – entre 1970 e 1975 a quantidade de jornalistas em atividade quase duplica; em 2006, o número é 16 vezes superior ao do início da década de 70 (ver Gráfico 1). Repartidas por diferentes momentos das últimas quatro décadas, várias razões concorrem para este aumento exponencial do número de jornalistas em atividade, entre as quais deverão destacar-se o ambiente de liberdade conquistado com a Revolução de Abril e a democratização do ensino superior – e a profusão de cursos de jornalismo e comunicação social –, assim como a proliferação de órgãos de comunicação, a profissionali-

zação dos meios locais e regionais, a legalização das emissoras radiofónicas, o lançamento das televisões privadas e ainda o advento do jornalismo online (Garcia, 2009; Rebelo *et al.*, 2011).

Gráfico 1 - Evolução do número de jornalistas em Portugal

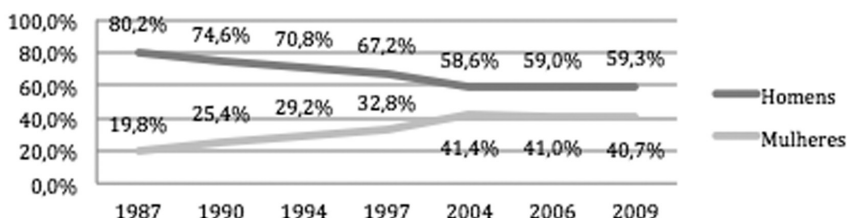


Fontes: Sobreira (2003); Garcia e Castro (1994); Garcia (1997); e Rebelo *et al.* (2011)

A par deste crescimento irregular e descompassado do número de jornalistas na redação, o panorama profissional do jornalismo português é também marcado por um constante rejuvenescimento da classe, que encontra no virar do milénio um retrocesso: em 1987, 34,7% dos jornalistas tinha menos de 35 anos; em 1990, 23,4% tinha menos de 30 anos; e, em 1997, 25,4% tinha menos de 29 anos; já em 2006, a percentagem de jornalistas com menos de 29 anos fixou-se em 16,8% e em 2009 correspondia a 13,8% (Garcia e Silva, 2009; Rebelo *et al.*, 2011). Este rejuvenescimento é ainda marcado nos baixos graus de antiguidade da generalidade dos jornalistas e no relativo abandono precoce da profissão, refletindo assim um ofício onde se entra e do qual se sai cedo (Garcia, 2009).

De resto, são estas as condições essenciais – o crescimento do número de profissionais, o rejuvenescimento das redações e a mutação do paradigma educacional (que será abordado posteriormente) – que Correia e Baptista (2007) encontram para explicar a reconfiguração do quadro de género nas redações da década de 70. Entre 1950 e 70, ingressavam no jornalismo uma a duas mulheres por ano (Garcia, 2009), confluindo em 54 nomes inscritos nos mapas de vencimento das empresas mediáticas de 1974 – algumas desempenhando não funções de jornalista, mas de administração ou redação de publicações não informativas (Sobreira, 2003). Após a revolução, verifica-se uma constante diminuição da disparidade de género na composição das redações (ver Gráfico 2).

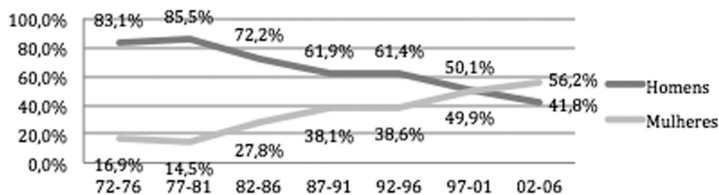
Gráfico 2 - Evolução da disparidade de género na profissão



Fontes: Garcia e Castro (1994); Garcia (1997); e Rebelo *et al.* (2011)

A tendência para a recomposição sexual das redações resulta ainda mais patente quando se olha para a evolução do acesso à profissão baseada no sexo dos indivíduos. De facto, mais do que uma diminuição da distância entre homens e mulheres, verifica-se, no virar do século, uma inversão na sua contratação (ver Gráfico 3). Este quadro articulado com um movimento de entradas e abandonos precoces resultará, como hipótese, na feminização das redações – uma tendência já observada na análise de Subtil (2009). Sobre esta questão, Rebelo *et al.* (2011) mostram que a taxa de feminização das redações, em 2006, atinge os 59,5% no segmento etário dos 20 aos 24 anos, 61,7% entre os 25 e os 29 anos, e 53,6% entre os 30 e os 34 anos.

Gráfico 3 - Evolução da disparidade de género no acesso à profissão



Fonte: Rebelo *et al.* (2011)

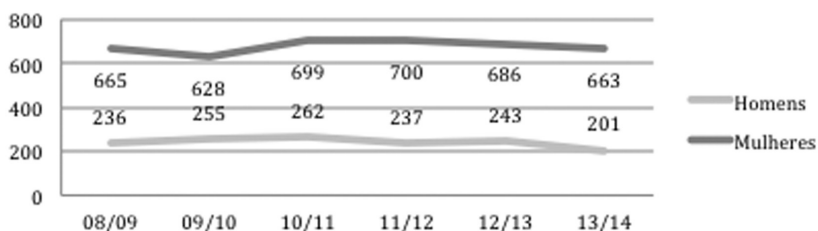
Educação

Como acima se referiu, a mutação do paradigma educacional português, na década de 1970, foi determinante para a espoletar da reconfiguração da composição das redações. Num plano global da sociedade portuguesa, observa-se que entre 1960 e 1991, o grau de ensino médio/superior passou de 0,8% para 8% (Costa *et al.*, 1994). No mesmo sentido, a disparidade na frequência do ensino superior evoluiu de 70,5% de homens e 29,5% de mulheres, em 1960, para 44,% de homens e 55,8% de mulheres, em 1989 (*ibidem*).

No plano profissional do jornalismo, a expressão da formação superior só conhece uma evolução considerável em meados da década de 1990. Se, nos anos de 1984, 87, 88 e 92, o total de jornalistas com habilitações académicas rondava os 20% (Garcia, 2009), esta realidade aparece representada completamente diferente nas respostas ao II Inquérito Nacional aos Jornalistas (Garcia, 1997), onde a percentagem atinge os 43,6%. Conquanto o Estatuto do Jornalista tenha mantido a omissão relativamente à obrigatoriedade da detenção de um título académico para o acesso à profissão, em 2006, já a maioria dos jornalistas – 62,8% – possuía formação superior e, em 2009, este número atingia os 63,1% (Rebelo *et al.*, 2011). Igualmente interessante é observar o peso que a formação específica em jornalismo assume nesta reconfiguração das redações. Experiência relativamente recente – o primeiro curso de Comunicação Social português só surge em 1979 (Sousa, 2009) –, em 1997, já 56,4% dos jornalistas com título académico possuía formação específica na área do jornalismo, configurando a frequência dos cursos da área de comunicação uma dimensão relevante e crescente do recrutamento de jovens jornalistas (Mendes, 2012; Subtil, 2009). Importará assim, para o âmbito da presente análise, salientar a importância destes cursos para o rejuvenescimento constante da profissão e analisar a sua frequência baseada no sexo.

Através de um levantamento dos 5475 ingressos nos cursos relacionados com a área da comunicação, lecionados nas universidades e institutos politécnicos públicos, entre 2008/09 e 2013/14, é possível observar uma disparidade em função do sexo relativamente constante (ver Gráfico 4), onde as mulheres assumem uma expressão média de 73,8% e os homens de 26,2%.

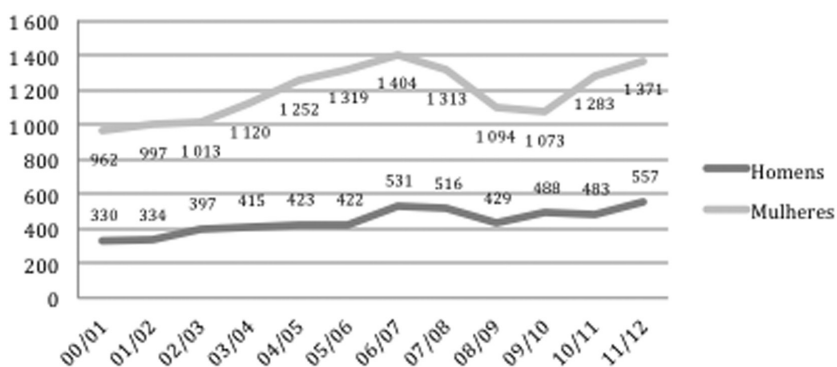
Gráfico 4 - Ingressos nos cursos superiores de jornalismo e comunicação



Fonte: DGES, MCTES (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013)

Esta tendência mantém-se quando observados os novos diplomados dos cursos de informação e jornalismo: entre 2000/01 e 2011/12, a disparidade traduz-se numa percentagem média de 72,8% de mulheres e de 27,2% de homens.

Gráfico 5 - Novos diplomados dos cursos superiores de jornalismo e comunicação



Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal (2012)

Estes dados corroboram as conclusões de Rebelo *et al.* (2011: 85), que descrevem o perfil da mulher jornalista como “profundamente marcado pela existência de uma licenciatura ou bacharelato” e que sustentam que nos cursos superiores específicos da área de comunicação, “o número de jovens estudantes do género feminino suplanta, de longe, o número de jovens estudantes do género masculino”. Ao mesmo tempo, estes dados, aliados ao paradigma de re-

juvenescimento da profissão, parecem novamente inclinar-se para a hipótese de uma inversão da composição das redações em função do sexo, num futuro próximo.

Associações profissionais e organismos representativos

As associações profissionais – como ainda nos anos de 1960 Wilensky (1964) reconhecia – desempenham um papel fundamental no processo de estabelecimento de um estatuto identitário, no que concerne à gestão dos aspetos internos e na regulação de conflitos com terceiros.

Do total de 156 novos inscritos no Sindicato de Jornalistas (SJ), em 2005, 57,6% eram mulheres (Ventura, 2012). Paralelamente, uma leitura dos diferentes relatórios de atividade da associação profissional, referentes a esta década, denota uma preocupação constante em assegurar a presença da temática de género na discussão corrente, compreendendo a promoção de seminários subordinados à questão ou a participação em organizações específicas. Contudo, esta é uma realidade com traços recentes e ainda não concluídos.

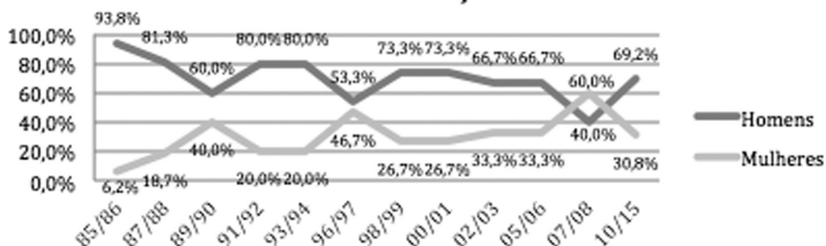
Ainda que se desvendem antecedentes históricos na estruturação e organização dos jornalistas portugueses – como a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto ou uma série de associações sindicais sectoriais é o SNJ que, –, fundado numa postura e perspectiva corporativista, reunirá originalmente as diferentes fações profissionais numa organização abrangente de toda a classe jornalística (Sobreira, 2003). No ano da sua fundação, a organização contava apenas com 1,8% de mulheres no seu quadro de sindicalizados, uma expressão numérica que não conheceu grandes alterações durante as quatro décadas procedentes – em 1960, o número rondava os 2,2%; em 1965, 2,5%; e, em 1970, pouco ultrapassava os 3%. Importa notar – como já se observou para a análise dos mapas de vencimento das empresas mediáticas de 1974 – que estes números não correspondem integralmente a mulheres jornalistas, abrangem também, em alguns anos, funcionárias administrativas e redatoras de crónicas temáticas. Um ano após a Revolução de Abril, e já sob a designação de SJ, o quadro total de sindicalizados incluía 7,1% de mulheres, e, no início dos anos 80, uma participação feminina de 10% (Ventura, 2012).

A quase nula participação de mulheres nas estruturas dirigentes da organização até aos anos de 1980 reflete o baixo índice de sindicalização feminina. Através de um levantamento da lista de todos os corpos dirigentes, é possível perceber que apenas no triénio 1970-72 uma mulher tem assento na direção do sindicato – como suplente –, e só no biénio 77-78 uma jornalista acede à direção efetiva.

Não obstante uma taxa de sindicalização em relativo declínio¹³ – o que naturalmente se reflete numa taxa de participação sindical afeta a setores mais envelhecidos da profissão –, verifica-se uma tendência irregular da diminuição da disparidade baseada no sexo na composição do quadro diretivo do sindicato (ver Gráfico 6). Um percurso pautado por um momento de inversão no peso maioritário da direção e pela eleição de uma jornalista como presidente do sindicato (biénio 2000/01).

¹³ Demonstrada nos diferentes relatórios de exercício anuais do SJ.

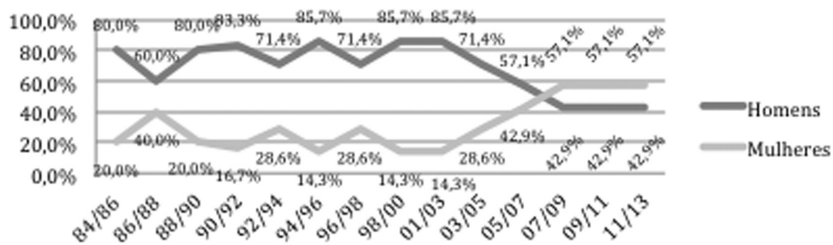
Gráfico 6 - Evolução da disparidade entre os membros efetivos da direção do SJ



Fonte: Sindicato dos Jornalistas

Ainda que subsista uma atividade pontual de várias das associações sectoriais e regionais herdeiras do contexto histórico da imprensa oitocentista e do regime pré-25 de Abril¹⁴, é o Clube de Jornalistas que, atualmente, assume o papel de maior relevo na dinamização e agregação, não mutualista e não sindical, do conjunto da atividade dos jornalistas portugueses. Fundando em 1983, o clube indicia desde o seu início uma preocupação relativamente às questões de género, patente na promoção de diferentes iniciativas dedicadas à temática¹⁵. Igualmente, a participação feminina nos corpos dirigentes da associação tem sido, desde a sua fundação (ver Gráfico 7), efetiva, passando, em meados da década de 2000, a suplantar a participação masculina.

Gráfico 7 - Evolução da disparidade entre os membros da direção do Clube de Imprensa



Fonte: Clube de Imprensa

Organismos reguladores

Com um carácter distinto da função intrínseca às associações profissionais, a detenção de mecanismos reguladores afetos ao corpo profissional desempenha um papel fundamental na construção de uma identidade profissional. Realçam-se aqui aspetos, não só da gestão dos con-

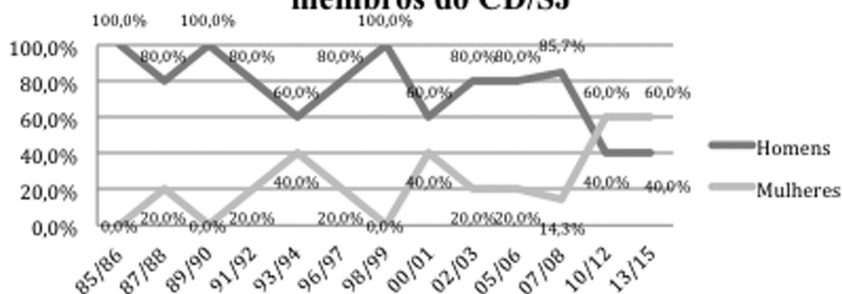
¹⁴ Possível de depreender numa análise das notas e relatórios da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, ou da Casa da Imprensa.

¹⁵ Clube de Jornalistas (s.d.), “Memória”. Clube de Jornalistas. < http://www.clubedejornalistas.pt/?page_id=78 > . Página consultada a 15 de setembro de 2014.

flitos inerentes ao processo produtivo, mas também de legitimação do quadro normativo e das práticas próprias do ofício (Cooper e Robson, 2006).

O organismo autorregulador do jornalismo português com maior presença e poder institucional é o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CD/SJ). Instituído no biénio 1967/68, com um significado e natureza diferentes dos que conhece hoje – era então denominado Conselho Técnico e de Disciplina e possuía uma adesão obrigatória (Fidalgo, 2009; Camponez, 2011) –, a evolução da composição em função do sexo do CD/SJ conhece uma realidade análoga à do próprio sindicato – os primeiros elementos femininos do conselho só terão assento no biénio 1973/74, compreendendo, desde então, duas presidentes em conselhos procedentes. Desde o biénio 1997/88, a evolução da disparidade sexual na composição do CD/SJ desenvolve-se irregularmente no sentido da dissolução das diferenças na participação feminina e masculina (ver Gráfico 8), destacando-se uma inversão dessa participação no virar da atual década.

Gráfico 8 - Evolução da disparidade entre os membros do CD/SJ



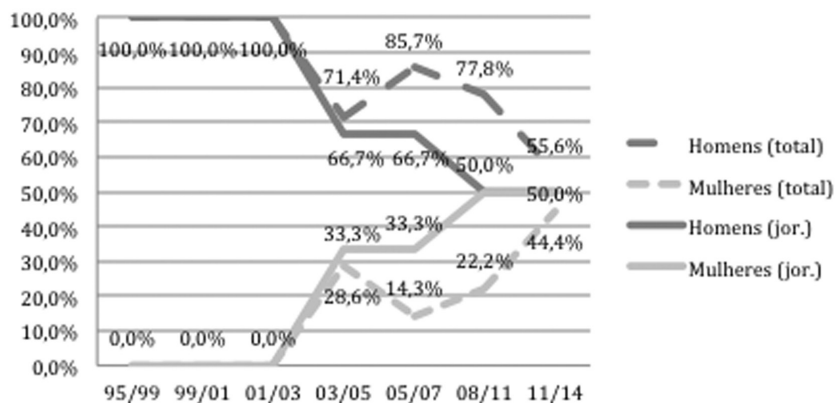
Fonte: Sindicato dos Jornalistas

Em 1996, com a aprovação do novo Regulamento da Carteira Profissional de Jornalista, o poder da atribuição de títulos profissionais passa a estar sob a alçada da CCPJ (Fidalgo, 2009; Camponez, 2011). Uma comissão composta atualmente – até 2008, empresas e jornalistas só designavam três membros, cada – por quatro membros eleitos entre jornalistas, quatro membros indigitados pelas empresas mediáticas e um magistrado judicial, designado pelo Conselho Superior da Magistratura.

No que se refere à recomposição sexual da composição da comissão, verifica-se uma evolução em tudo semelhante à dos organismos supracitados, onde se parte de uma completa disparidade para uma aproximação dos pesos de género (ver Gráfico 9). Destaca-se, contudo, uma evolução aproximativa mais acentuada entre os membros eleitos paritariamente¹⁶, onde a disparidade se dirime mais cedo e onde se verifica uma paridade atualmente.

¹⁶ Sobre esta questão, será interessante proceder a uma comparação com a composição dos organismos heterorreguladores – como a Alta Autoridade para a Comunicação Social ou a Entidade Reguladora para a Comunicação Social –, com membros não eleitos entre pares, onde se observa uma evolução marcada pelo intervalo de género.

Gráfico 9 - Evolução da disparidade entre os membros da CCPJ



Fonte: Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas

Controlo sobre a organização profissional

Há quase duas décadas, escrevia Filipa Subtil (1995) que, excetuando o jornal “Diabo” e as revistas dirigidas ao público feminino, nenhuma publicação havia contado até então com a presença de uma mulher no lugar de diretora. De facto, num quadro de crescente paridade de género na organização das redações portuguesas, Subtil (2009) não encontrava uma participação das mulheres superior a 26,7% no quadro da elite dos diários e 22,7% nos semanários. Só na rádio esta participação se encontrava mais patente, ultrapassando a percentagem de participação nos quadros de elite a percentagem total de mulheres na redação em dois casos. Esta tendência para uma masculinização das estruturas diretivas do jornalismo é corroborada pela análise de Isabel Salim (2008) aos dados do “Perfil Sociológico do Jornalista Português”, onde encontra um enquadramento total de 18% de mulheres e 82% homens no cargo de editor multimédia, 33% de mulheres e 77% de homens no cargo de editor, 42% de mulheres e 58% de homens no cargo de chefe de redação, e 19% de mulheres e 81% de homens no cargo de diretor de informação. Devido à composição jovem dos cargos de decisão e poder da imprensa, é nesta tipologia de *media* que se encontra uma maior participação de mulheres, quando comparado com a rádio ou a televisão.

Através das sucessivas alterações legislativas, os jornalistas perderam todos os poderes discricionários relativos à nomeação dos diretores – até então reduzidos ao poder de veto disponível aos conselhos de redação –, passando a responsabilidade da gestão da estrutura diretiva das redações unicamente para a alçada das administrações empresariais.

Sem a participação da voz dos jornalistas na indigitação dos diretores editoriais, a realidade de hoje não difere muito da observada por Subtil em 1995. Num levantamento de todos os diretores de informação das principais rádios nacionais, verifica-se que, desde 1984, em 20 jornalistas que ocuparam o cargo, apenas duas são mulheres – uma de forma interina. Já no que concerne aos principais diários existentes, em 33 pessoas que ocuparam o cargo, encontra-se apenas uma mulher. Entre os diretores de informação das três principais operadoras televisivas

vas, a realidade do afastamento das mulheres é mais patente: em 18 diretores, não se encontra uma única mulher.

O percurso até agora traçado permite destacar o papel relevante que as mulheres jornalistas vêm assumindo na construção da identidade profissional dos jornalistas portugueses. Efetivamente, torna-se claro que, sobretudo após a década de 1970, se assiste a uma reconfiguração sexual das redações portuguesas, abandonando o jornalismo o seu caráter de “profissão de homens” (Sobreira, 2003) para abraçar um contexto de um crescente índice de feminização (Garcia, 2009). Por seu lado, um cruzamento entre os fatores de rejuvenescimento da profissão e da composição sexual da formação superior de jornalismo aponta no sentido da hipótese avançada por Rebelo *et al.* (2011) de uma crescente taxa de feminização, ao mesmo tempo que sugere uma alteração do peso da participação feminina e masculina nas redações. Este reconhecido aumento do crescimento da participação feminina nas redações não corresponde, contudo, a uma recomposição sexual das estruturas diretivas dos meios. Importa ainda salientar os níveis de igualdade crescente nos organismos eleitos paritariamente.

Desregulamentação profissional

Subsistem duas visões bastante distintas, dentro do âmbito da sociologia das profissões, relativamente ao poder crescente dos segmentos profissionais. A primeira perspetiva encontra um aumento gradual da influência, advindo da relevância exponencial do seu saber próprio ou da afirmação do seu papel no domínio da divisão do trabalho. Numa visão oposta, surge a conceção que estabelece uma relativização deste poder, enquadrando os profissionais como instrumentos, negando-lhes qualquer influência social. Partindo desta noção dicotômica, as proposições dos processos de desprofissionalização e proletarianização vieram evidenciar a indeterminação relativamente à manutenção deste poder profissional (Rodrigues, 2002). Paralelamente, também as tendências evidentes e progressivas de instabilidade laboral vêm colocar em causa os preceitos de autonomia e autodomínio profissional.

Desprofissionalização

Em ‘Deprofessionalization: an alternate hypothesis for the future’ (de 1973), Marie Haugh parte da noção, já apresentada, de um crescimento do poder simbólico e social dos profissionais, para evidenciar a existência de um fenómeno inverso, de desprofissionalização contínua. Fenómeno que Haugh (1973; 1975) atribui a fatores distintos, como a deterioração dos preceitos de autonomia inerentes à profissão, perda do monopólio legal da atividade ou o fim da crença pública nos traços do seu serviço e papel.

Para este processo de desregulamentação concorrem diferentes variáveis que se constituem como uma ameaça a um saber restrito e monopolizado: padronização e simplificação dos processos didáticos e, numa lógica inversa, a especialização e particularização do domínio decorrentes da divisão do trabalho e da renovação dos saberes. Esta debilidade da exclusividade do saber resultará na promoção de um maior interesse público na participação nas decisões dos profissionais e, sobretudo, no questionamento crescente sobre o seu trabalho, resultando numa intromissão crítica do público no processo produtivo (*ibidem*).

Ficou patente anteriormente a estrutura truncada e indefinida que sustenta o processo de afirmação profissional do jornalismo. Decorre naturalmente desta fragilidade uma maior per-

meabilidade aos efeitos das tendências de desregulamentação profissional. Um reflexo óbvio desta tendência de desprofissionalização no campo do jornalismo está patente nos efeitos do advento da internet e da informação online (Witschge e Nygren, 2009), entre eles a participação crítica do público nas caixas de comentários (Gilmor, 2005), as experiências de “jornalismo cidadão” (Canavilhas e Rodrigues, 2012) ou ainda a proliferação de serviços de informação cuja agenda é definida pelos consumidores (Ramonet, 2011). Há que realçar, no entanto, que a perda de autonomia do jornalista está desde logo subjacente às próprias lógicas de privatização e concentração dos *media*, em que a seleção e a definição informativas se veem cada vez mais direcionadas para dinâmicas próximas do que são as exigências económicas e lucrativas dos investidores (Correia, 2006) e da introdução de novos atores na redação – tais como o *designer*, o publicitário ou o tecnólogo – que, mais do que substituir o repórter nas suas funções, assumem paritariamente o seu estatuto (Meireles, 2011).

Proletarização

Resultante da contínua divisão do trabalho e da perda de autonomia – não devendo, porém, ser confundido com as tendências de desprofissionalização – a proletarização foi originalmente descrita por Martin Oppenheimer (1973) como um fenómeno que decorre da padronização crescente do trabalho, onde a rotinização resulta numa cessão, por parte dos profissionais, do controlo e propriedade do sistema produtivo e da natureza do produto, aproximando-se desta forma da esfera de atitudes e valores dos operários. Derber (1982) reparte este processo em dois eixos distintos mas complementares: a proletarização técnica, referente à passagem do modelo de organização do trabalho para a gestão de terceiros, e a proletarização ideológica, onde a relação entre o profissional e o fim social do seu trabalho se apaga. Relevam-se, portanto, propósitos de maximização da produção, diminuição dos custos intrínsecos e decrescimento da dependência relativa aos profissionais, e consequências imediatas que se refletem na alienação progressiva do trabalho e numa desqualificação profissional crescente (Braverman, 1974).

Como nota Fidalgo (2009), desde a autonomização da sua ocupação, os jornalistas sempre se enquadraram como trabalhadores assalariados e sujeitos a estruturas hierárquicas. No mesmo sentido, e recuperando os preceitos de Braverman sobre a rotinização do sistema produtivo, o trabalho dos jornalistas, desde a industrialização da imprensa e da fundação da concorrência entre empresas mediáticas, desenvolve-se segundo uma lógica de processos convencionais e sociais padronizados, que refletem os valores da atualidade e rapidez associados à produção noticiosa (Schlesinger, 1999; Sousa, 2000).

Não obstante este enquadramento histórico do ofício, é possível desvendar uma crescente proletarização das lógicas de organização do trabalho jornalístico, decorrentes, sobretudo, de opções empresariais. No campo dos hábitos inerentes ao processo produtivo, este reflexo é evidente, manifestando-se na subversão das rotinas do ofício, privilegiando um modelo taylorista de trabalho que salienta as tendências de produção massiva e instantânea (Ramonet, 1999), ao mesmo tempo que singulariza a ideologia de um “jornalismo sentado” (Neveu, 2001), onde o jornalista burocratizado renuncia ao controlo sobre o processo produtivo, em prol de um labor realizado através do tratamento de comunicados, informação de agência ou contacto com fontes acessíveis. Esta situação é potenciada pelas tendências de concentração e convergência mediáticas, onde, fruto de uma redução gradual das redações, o jornalista se vê obrigado a assumir múltiplas funções, como a produção noticiosa para as diferentes plataformas do mesmo meio, ou para órgãos diferentes da mesma empresa (Gradim, 2002).

Sobre a propriedade intelectual, esta perda de autonomia e de controlo, intrínseca a lógicas de proletarização, encontra-se ainda explícita, no jornalismo português, nas linhas do novo Estatuto do Jornalista¹⁷, onde se confere à entidade empregadora o direito de reutilizar livre e gratuitamente o produto jornalístico no espaço de 30 dias procedentes à primeira publicação. Mais controverso, porém, é o poder concedido à hierarquia editorial de transformar o conteúdo textual, sem autorização do autor, quando invocadas razões de redimensionamento ou correção linguística¹⁸.

Precarização

Conquanto transversal a um quadro vasto de ofícios e profissões, a precarização das condições de trabalho – isto é, o crescimento das situações de instabilidade laboral – constitui-se uma ameaça notória aos critérios de autonomia e controlo profissional. Se, no contexto do jornalismo português, é possível encontrar reflexos datados deste processo de desregulação profissional, verifica-se que é já neste século que a tendência da precarização se agudiza exponencialmente, fruto de fatores como a concentração e convergência de meios, a flexibilização do trabalho ou as mutações decorrentes de uma filosofia virada para a captação de lucro.

Já em 2003, uma análise do Sindicato dos Jornalistas ao campo laboral do setor mediático¹⁹ concluiu um desrespeito progressivo pelas cláusulas dos contratos coletivos de trabalho, a par de um crescimento gradual da adoção de contratos a termo e recibos verdes, e a proliferação de contratos individuais de trabalho. Conjuntamente, resultava também evidente uma generalização da substituição de redações por estudantes de jornalismo. Dois anos depois, com a aprovação da possibilidade da aplicação de estágios não-remunerados por parte das empresas, denota-se uma reformatação dos modelos de empregabilidade do jornalismo português: uma análise dos relatórios anuais do sindicato indica uma crescente tendência de substituição de jornalistas, através de processos de despedimentos ou de cessação de contratos, por jovens estagiários não remunerados. Também um levantamento dos jornalistas registados na CCPJ indicia um aumento do número de estagiários inscritos – que passa de 553 inscritos, em 2006, para 638, em 2009 (Rebelo *et al.*, 2011). Num campo onde procura e oferta de emprego triham ritmos distintos, a agudização das lógicas associadas à criação de “exércitos industriais de reserva” (Marx, 1975) proporciona situações de sujeição a condições laborais básicas vazias de independência profissional (Fidalgo, 2009). Cruzado com o paradigma da juvenilização das redações, surge o fenómeno da proliferação dos “falsos *freelancers*”, isto é, de jornalistas que desempenham tarefas à peça, num regime de exclusividade, através do recurso a falsos recibos verdes ou prestação de serviços com avenças mensais. O estudo de Nies e Pedersini (2003) demonstra mesmo que a curva de aumento de profissionais em regime *freelance* ultrapassa na Europa a curva de novos assalariados.

¹⁷ Lei nº 64/2007, de 6 de Novembro, e respetivas retificações aditadas pela Declaração de Retificação nº 114/2007, da Assembleia da República.

¹⁸ Sindicato dos Jornalistas (2011), “SJ denuncia contratos espoliadores dos direitos de autor”. *Sítio do Sindicato dos Jornalistas*, 19 de janeiro de 2008. <<http://www.jornalistas.eu/?n=8607>>. Página consultada a 15 de setembro de 2014.

¹⁹ Sindicato dos Jornalistas (2003), “SJ alerta para degradação da situação dos jornalistas”. *Sítio do Sindicato dos Jornalistas*, 15 de julho de 2003. <<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=1262&idCanal=3>>. Página consultada a 15 de setembro de 2014.

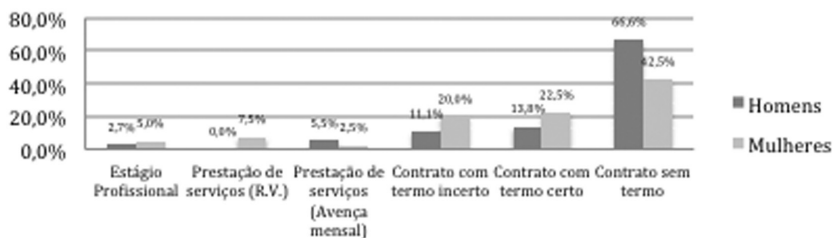
Demonstração de tendências

Se estas tendências indiciam consequências transversais aos diferentes segmentos da profissão, a verdade é que se observa uma polarização marcada entre fatores de estatuto, vínculo laboral e também género dos jornalistas.

Através da desagregação por sexo das respostas obtidas num inquérito por questionário dirigido aos jornais das redações centrais dos diários nacionais “Público”, “Diário de Notícias” e “Correio da Manhã”, e das publicações regionais de Coimbra “Diário de Coimbra”, “Campeão das Províncias” e revista “C”²⁰, a seguinte análise pretende compreender e aprofundar o papel que a relação de género protagoniza na concretização das tendências de desregulamentação profissional.

Os dados estatísticos traduzidos no Relatório anual sobre a igualdade entre homens e mulheres de 2009²¹, da Comissão Europeia, revelam uma maior percentagem comparativa de mulheres com vínculos de trabalho a termo e expostas a relações laborais precárias, dentro do espaço comunitário. O âmbito da amostra de respondentes ao inquérito da presente análise – correspondente a 51,3% de mulheres e 49,7% de homens – revela uma realidade bastante próxima da do quadro geral europeu, ocupando as mulheres a maior percentagem dos segmentos de vínculos instáveis – excetuando o caso da prestação de serviços com avença mensal – e estando a contratualização sem termo reservada, sobretudo, para o setor masculino da profissão (ver Gráfico 10). Tal tendência denota uma maior exposição do segmento feminino do jornalismo a lógicas de precarização da atividade, bem como a condicionantes de instabilidade promotoras de ausência de autonomia e controlo profissional.

Gráfico 10 - Disparidade de género na relação contratual



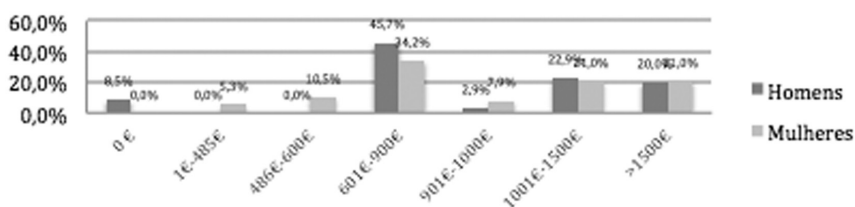
Fonte: Miranda (2012)

²⁰ Os indicadores apresentados resultam de um inquérito por questionário de variante direta, com 42 questões fechadas, desenvolvido no âmbito do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado “Os efeitos do novo paradigma socioprofissional do jornalismo sobre as práticas de ética e deontologia” (Miranda, 2012). Dada a impossibilidade de a impossibilidade de construir uma amostra representativa do universo de trabalhadores (com e sem título profissional) a operar nestes periódicos, optou-se por selecionar uma amostra de conveniência, constituída por 78 jornalistas. Recorrendo a uma comparação percentual dos elementos de identificação, bem como dos elementos de caracterização socioprofissional, se obteve uma amostra bastante equilibrada relativamente ao escalão etário, sexo, posição hierárquica, entre outros elementos.

²¹ European Commission (2009), *Equality Between Women and Men*, relatório da comissão COM, 77 final.

Segundo dados do Eurostat, a diferença salarial entre homens e mulheres assumia, em 2011, 12%, uma percentagem que subia para os 18% nos dados do GEE/ME – auferindo as mulheres cerca de 82% da remuneração média mensal de base dos homens –, um valor que, desde 2007, não conhecia grande alteração²². Dentro do conjunto de inquiridos, não obstante uma certa polarização de género entre os terceiros escalões remuneratórios e o facto de o grupo de profissionais que desempenham tarefas sem vencimento constituir-se apenas de homens (ver Gráfico 11), consubstancia-se uma elevada percentagem (50%) de mulheres que auferem valores abaixo dos 900€ mensais brutos e uma margem de 5,3% de profissionais do sexo feminino, cujo rendimento mensal se situa abaixo do salário mínimo nacional.

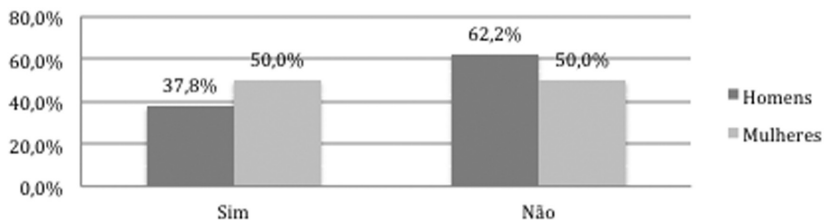
Gráfico 11 - Disparidade na relação salarial (mensal)



Fonte: Miranda (2012)

Ainda no campo do que já se discutiu serem as tendências de instabilidade na contratualização, a frequência de estágios profissionais não remunerados, se é reveladora do processo de proletarianização do ofício do jornalismo, traduz-se sobretudo na legitimação das disposições de precarização, refletindo uma reconfiguração das estratégias de empregabilidade e de acesso à profissão. Neste contexto, verifica-se, pela amostra de inquiridos, que o recurso a este modelo de trabalho ocorre sobretudo entre as mulheres (ver Gráfico 12). Já no que concerne às razões para a adesão aos estágios não remunerados, a utilização desta dimensão enquanto forma de entrada no mercado de trabalho ocorre sobretudo no segmento masculino, procurando a maioria das mulheres adquirir experiência ou construir currículo (ver Gráfico 13).

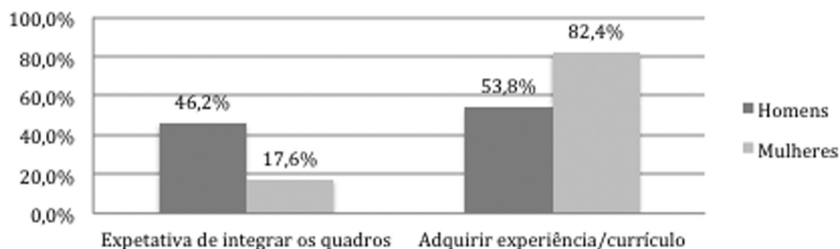
Gráfico 12 - Frequência de um estágio profissional não remunerado



Fonte: Miranda (2012)

²² Governo de Portugal (2014), *I Relatório sobre Diferenciações Salariais por Ramos de Atividade*.

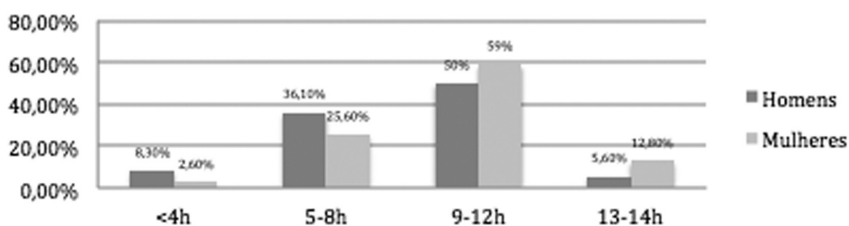
Gráfico 13 - Razões para a frequência de um estágio profissional não remunerado



Fonte: Miranda (2012)

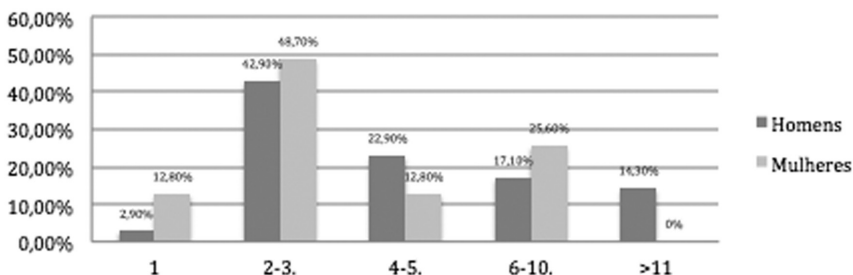
Também relativamente ao que se verificou serem as origens e consequências do fenómeno de proletarização, os resultados do inquérito refletem indicadores relevantes sobre estas tendências. Numa análise aos aspetos referentes à problemática da rotinização, constata-se que são as mulheres que mais tempo despendem na redação ou em reportagem (ver Gráfico 14). Já no que concerne ao número de peças produzidas por edição, encontra-se uma distribuição relativamente polarizada – com exceção do grupo que refere redigir mais de onze artigos (ver Gráfico 15). Sobre a questão do direito autoral, o baixo índice de jornalistas que não vê as suas peças sempre ou muitas vezes assinadas é composto essencial por homens (ver Gráfico 16).

Gráfico 14 - Tempo médio dispendido a trabalhar (diariamente)



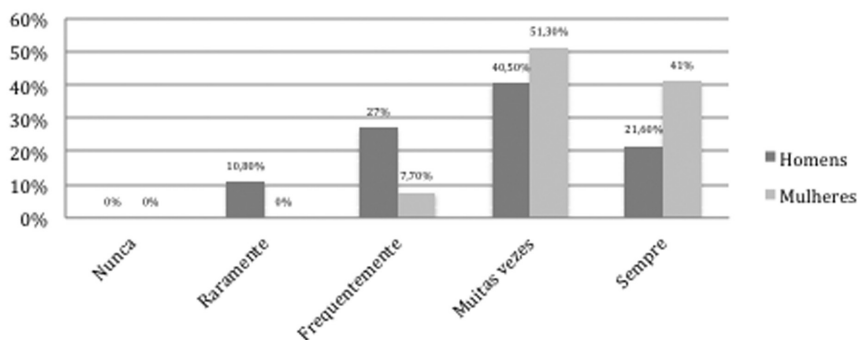
Fonte: Miranda (2012)

Gráfico 15 - Número de peças escrito por edição



Fonte: Miranda (2012)

Gráfico 16 - Os artigos produzidos são assinados

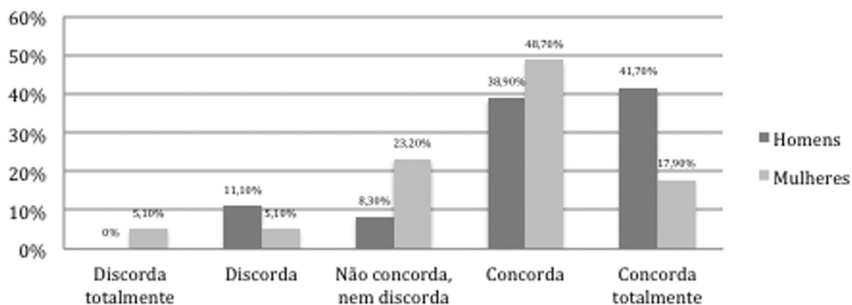


Fonte: Miranda (2012)

É, no entanto, nas implicações da concentração e convergência de meios que o fenómeno da proletarização mais se releva. Relativamente à problemática da produção de conteúdos para diferentes órgãos da mesma empresa, 24,7% dos respondentes admite realizá-lo, na sua totalidade sem auferir remuneração suplementar. O grupo de jornalistas nesta situação compreende uma margem feminina de 57,9% e uma masculina de 42,1%. Já no que concerne à realização de atividades suplementares para o mesmo órgão, e para as quais não está contratualizado, se o número total de jornalistas aumenta para um grupo de 72,4%, a disparidade de género parece atenuar-se dentro deste grupo – correspondendo a faixa feminina a 50,9% e a masculina a 49,1%. Finalmente, no conjunto de 11,5% de jornalistas que admite desenvolver outra atividade profissional, paralelamente ao jornalismo, torna-se relevante observar que 77,8% correspondem a mulheres e 22,2% a homens.

Se, como refere Haugh, as tendências de desprofissionalização se refletem numa lógica inversa ao crescimento do poder profissional, a compreensão das expectativas e atitudes dos jornalistas, relativamente aos aspetos inerentes ao seu trabalho, reverte-se num instrumento de aferição do grau de perda desse poder institucional. A legitimação do poder profissional assenta em grande medida na liberdade individual outorgada aos sujeitos no contexto do processo produtivo (Haugh, 1988). Sobre esta problemática, verifica-se que são sobretudo as mulheres a considerar não dispor do poder de liberdade integral na prossecução do trabalho (ver Gráfico 17), não obstante uma margem de 48,7% que admite concordar com a ideia da detenção de liberdade total nas rotinas produtivas.

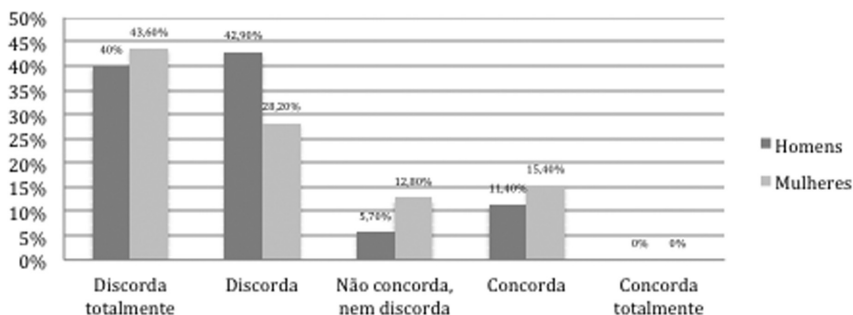
Gráfico 17 - Percepção sobre possuir total liberdade na redação dos artigos



Fonte: Miranda (2012)

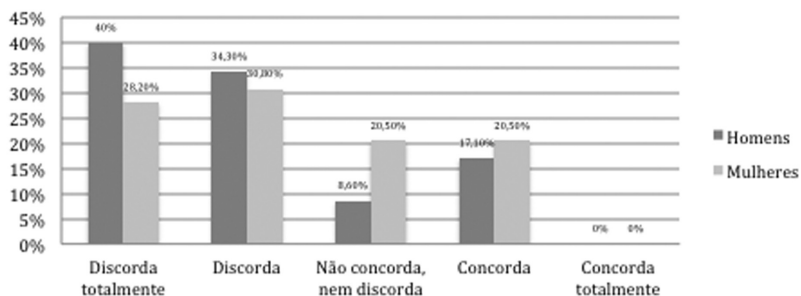
Também no que se refere aos constrangimentos inerentes ao exercício da construção noticiosa, é novamente entre as mulheres que as pressões mais se fazem sentir. Ainda que seja entre o segmento feminino que prepondere uma discordância total com a ideia da existência de uma influência por parte das administrações empresariais dos *media*, numa relação de 3,6 pontos percentuais (ver Gráfico 18), são as mulheres que tendem a concordar com a presença de pressões por parte destas entidades. A preocupação feminina relativamente à presença de constrangimentos no trabalho torna-se ainda mais evidente quando se reporta às pressões por parte da direção editorial (ver Gráfico 19) – constituindo-se, contudo, a percentagem de mulheres que discordam de forma parcial ou total desta percepção, 59%. Já sobre as pressões externas, o entendimento encontra-se mais distribuído numa relação de género (ver Gráfico 20), assumindo o total de mulheres que concordam totalmente com a presença deste tipo de constrangimento 10,3%.

Gráfico 18 - Percepção sobre ser alvo, no decorrer do trabalho, de pressões internas (administração empresarial)



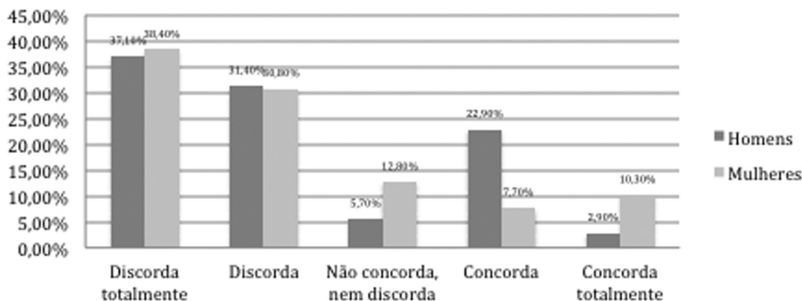
Fonte: Miranda (2012)

Gráfico 19 - Percepção sobre ser alvo, no decorrer do trabalho, de pressões internas (direção editorial)



Fonte: Miranda (2012)

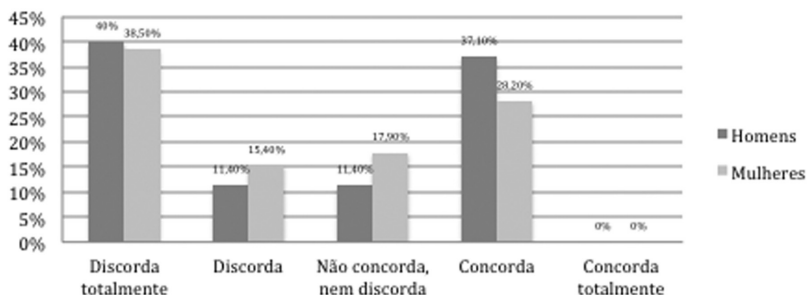
Gráfico 20 - Percepção sobre ser alvo, no decorrer do trabalho, de pressões externas



Fonte: Miranda (2012)

Esta distribuição por sexo permanece relativamente similar no que concerne à percepção que a amostra de jornalistas inquiridos possui sobre a influência da sua situação profissional sobre o desempenho do seu trabalho (ver gráfico 21). Não obstante, denota-se uma maior presença feminina entre as opiniões que tendem para a discordância parcial ou concordância.

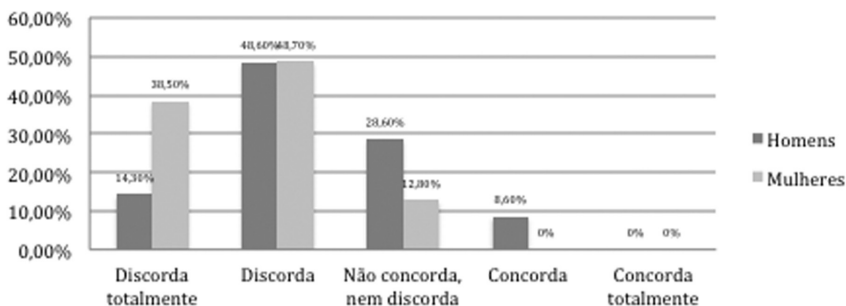
Gráfico 21- Percepção sobre situação laboral afetar o desempenho do trabalho



Fonte: Miranda (2012)

Um indicador final desta análise prende-se com a segurança na situação profissional. Claro indício do grau de profissionalização, a percepção de estabilidade laboral, ou a falta dela, revela ainda aspetos coerentes com as noções de proletarização e precarização. Relativamente à opinião sobre a facilidade de encontrar um novo emprego na área jornalística, revela-se uma clara distinção de género (ver Gráfico 22), assumindo 87,2%, o conjunto de mulheres que discordam com esta ideia, e não existindo um único elemento feminino a concordar.

Gráfico 22- Percepção sobre facilidade em encontrar um novo emprego na área jornalística



Fonte: Miranda (2012)

Conclusões

O percurso de construção da identidade profissional dos jornalistas portugueses constitui-se, como já aqui foi reiterado, num longo processo, marcado por vários enlazes de mutação e evolução. Fronteiras que se encontram longe de validar ou terminar esta sequência, e distantes, elas próprias, de se dar por concluídas. Dentro deste decurso, também o ingresso das mulheres nas instituições jornalísticas se procedeu de forma irregular e inconstante, conhecendo alterações marcantes, sobretudo, no período imediatamente antes e depois do virar do século. Compreendendo a intermitência e a variabilidade deste processo, subjazem duas inferências relevantes e essenciais no âmbito desta análise.

A primeira, intrínseca à fase inicial do presente estudo, prende-se com o grau de participação das mulheres jornalistas em toda a vida da instituição jornalística. Não obstante um crescimento progressivo do ingresso de mulheres nas salas de redação e um aumento gradual da recomposição sexual das estruturas diretivas dos organismos representativos, eleitos paritariamente, subsiste uma disparidade manifesta de género na composição dos quadros de poder e decisão das instituições mediáticas. Se os aspetos de rejuvenescimento e o contexto de ingresso na profissão sugerem uma alteração do paradigma de género nas redações num futuro próximo, importará perceber, como salienta Salim (2008: 124), se esta situação “significará, para além, do equilíbrio de números, um maior equilíbrio em termos de estatuto profissional”. De facto, tal equilíbrio de estatuto verifica-se requisito indispensável não só para a geração de condições simétricas dentro do campo profissional do jornalismo, como também, num campo mais vasto, para a criação de condições de uma representação integral no plano mediático (Camps, 2001; Silveirinha, 2004).

A segunda conclusão prende-se com o desnivelamento grave dos efeitos dos processos de desregulamentação profissional. A comparação dos índices de relação salarial, vínculo laboral e adesão a estágios não remunerados de homens e de mulheres que aqui se apresentou aponta para uma situação próxima do plano geral do enquadramento de género a nível nacional, onde se ressalva a maior exposição feminina a condições de precariedade e instabilidade profissional.

No que se refere às tendências de proletarização dos jornalistas portugueses, conquanto os fatores de reenquadramento das rotinas se encontrem de certa maneira distribuídos entre homens e mulheres, verifica-se que são os elementos femininos que mais tempo despendem em trabalho – um aspeto relevante, quando correlacionado com a relação salarial ou o vínculo laboral.

É, no entanto, entre as tendências de desprofissionalização que a desigualdade de género mais se faz sentir. Ainda que ambos os sexos partilhem posições sobre os efeitos da situação profissional sobre a natureza do trabalho, são as mulheres que admitem mais estar sujeitas aos diferentes constrangimentos, sobretudo no que concerne às pressões externas e por parte da direção editorial. Mais significativa ainda torna-se a perceção dos elementos femininos da redação sobre a segurança na situação profissional.

Os indicadores relevados ao longo da análise são demonstrativos de que a concretização da partilha do estatuto, do papel e da situação profissional entre homens e mulheres possui ainda um longo caminho a percorrer. Resultou também evidente a crescente velocidade em que as mutações no campo do jornalismo operam. Importará, neste sentido, aprofundar o estudo sobre o contexto concreto das disparidades da situação laboral a um campo mais vasto da profissão.

Referências bibliográficas

BRAVERMAN, H. (1974), *Labor and Monopoly Capital: The degradation of work in twentieth century*, Nova Iorque: Monthly Review Press.

CAMPONEZ, C. (2011), *Deontologia do Jornalismo: A autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses, 1974-2007*, Coimbra: Almedina.

CAMPS, V. (2001), *O Século das Mulheres*, Lisboa: Editorial Presença.

CANAVILHAS, J., e RODRIGUES, C. (2012), O cidadão como produtor de informação: estudo de caso na imprensa online portuguesa, *OBS –Obercom*. 9-2, 269-283.

COOPER, D. J., e ROBSON, K. (2006), Accounting, professions and regulation: Locating the sites of professionalization, *Accounting, Organizations and Society*, 31-4, 415-444.

CORREIA, F. (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa: Caminho.

CORREIA, F., e BAPTISTA, C. (2007), *Jornalistas, do Ofício à Profissão: Mudanças no jornalismo português, 1956-1968*, Lisboa: Caminho.

COSTA, A. F.; ALMEIDA, J. F.; e MACHADO F. L. (1994); Recomposição socioprofissional e novos protagonismos, In *Portugal, 20 Anos de Democracia*, ed. REIS, António, Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.

DERBER, C. (1982), *Professionals as workers: Mental labor in advanced capitalism*, Boston:

FIDALGO, J. (2008), *O Jornalista em Construção*, Porto: Porto Editora.

FIDALGO, J. (2009), *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GARCIA, J. L., e CASTRO, J (1994), “Recomposição social e estratégias profissionais”, In *Jornalista Português O que é?: Inquérito e Perfil Socio-Profissional*, OLIVEIRA, José Paquete de, e GARCIA, José Luís, Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 11-54.

GARCIA, J. L. (1997), *2º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses*, s.n.: s.l.

- GARCIA, J. L. (2009), Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In *Estudos Sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, ed. GARCIA, José Luís, Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 63-92.
- GARCIA, J. L., e SILVA, P. A. (2009), Elementos de composição socioprofissional e de segmentação. In *Estudos Sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, ed. GARCIA, José Luís, Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 121-132.
- GILLMOR, D. (2005), *Nós os Média*, Lisboa: Editorial Presença.
- GRADIM, A. (2002), Os géneros e a convergência: O jornalista multimédia do século XXI, *LabCom UBI*. <http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>
- HAUGH, M. R. (1973), Deprofessionalization. An alternative hypothesis for the future, *Sociological Review Monograph*, 20, 195-211.
- HAUGH, M. R. (1975), Deprofessionalization of Everyone?, *Sociological Focus*, 8-3, 197-213.
- HAUGH, Marie R. (1988), A Re-Examination of the Hypothesis of Physician Deprofessionalization, *The Milbank Quarterly*, 66-2, 48-56.
- MARX, K. (1975), *Capital*, Mafra: Delfos.
- MEIRELES, S. (2011), As mutações do jornalismo profissional no novo ambiente dos mass media, *BOCC*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/graca-sara-mutacoes-jornalismo-profissional-novo-ambiente-mass-media.pdf>
- MENDES, R. (2012), *Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal*, Lisboa: Escritório Editora.
- MEYERS, C.; WYATT, W. N.; BORDEN, S. L.; e WASSERMAN, E. (2012), Professionalism, Not Professionals, *Journal of Mass Media Ethics*, 27-3, 189-205.
- MIRANDA, J. (2012), *Os efeitos do novo paradigma socioprofissional do jornalismo sobre as práticas de ética e deontologia*, Tese de mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- NEVEU, E (2001), *Sociologie du Journalisme*, Paris: La Découverte
- NIES, G., e PEDERSINI, R. (2003), *Les Journalistes Free-Lances dans l'Industrie Médiaétique Européenne*, FEJ/Commission Européenne, Outubro.
- OPPENHEIMER, M. (1973), The proletarianization of the professional. In *Professionalization and Social Change*, ed. HALMOS, Paul, Keele: University of Keele, 213-228.
- PINA, S. (2000), *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses: Estudo comparado dos códigos deontológicos de 1976 e de 1993*, Coimbra: Minerva.
- RAMONET, I (1999), *A Tirania da Comunicação*, Porto: Campo das Letras.
- RAMONET, Ignacio (2011), Autômatos da informação. *Le Monde Diplomatique Ed. Bras*, 4 de março de 2011. <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=904>
- REBELO, J. (org.) (2011), *Perfil Sociológico do Jornalista Português*, Lisboa: Gradiva
- RODRIGUES, M. L. (2002), *Sociologia das Profissões*, Oeiras; Celta Editora.
- RUELLAN, D. (1993), *Le Professionnalisme du Flou: Identité et savoir-faire des journalistes français*, Grenoble: P.U. de Grenoble.
- RUELLAN, D. (1997), Groupe professionnel et marché de travail du journalisme, *Réseaux*, 15-81, 135-151.
- RUELLAN, D. (2007), Flou: invención y ordinario del periodismo, *Nueva Época*, 8, 113-129.
- SALIM, I. (2008), A “Feminização” do Jornalismo em Portugal, *Trajectos*, 12, 117-124.
- SCHLESINGER, P. (1999), Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, ed. TRAQUINA, Nelson, Lisboa: Vega Editora, 177-190.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS [SNJ] (1934), *Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, s.l., s.n..

SILVEIRINHA, M. J. (2004), Representadas e Representantes: As mulheres e os Media, *Media & Jornalismo*, 5, 9-30.

SILVEIRINHA, M. J. (2012), As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: Contributos para uma não-ossificação da História do jornalismo, *Comunicação e Sociedade*, 21, 165-182.

SOBREIRA, R. (2003), *Os Jornalistas Portugueses: 1933-1974: Uma profissão em construção*, Lisboa: Livros Horizontes.

SOUSA, J. P. (2000), *As Notícias e os seus Efeitos: As "Teorias" do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*, Coimbra: MinervaCoimbra.

SOUSA, J. P. (2009), A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação, *Verso e Reverso*, 23-54.

SUBTIL, F. (1995), As Mulheres Jornalistas, *BOCC*. [http://http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf)

SUBTIL, F. (2009), Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In *Estudos Sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, ed. GARCIA, José Luís, Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 93-108.

VENTURA, I. (2012), *As Primeiras Mulheres Repórteres :Portugal nos anos 60 e 70*, Lisboa: Tinta-da-China.

WILENSKY, H. (1964), The Professionalization of Everyone?, *American Journal of Sociology*, 70-2, 137-158.

WITSCHGE, T., e NYGREN, G. (2009), Journalism: a profession under pressure, *Journal of Media Business Studies*, 6-1, 37-59.

[Este trabalho é enquadrado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da bolsa de doutoramento FCT SFRH/BD/87020/2012]

